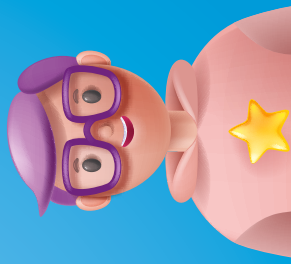
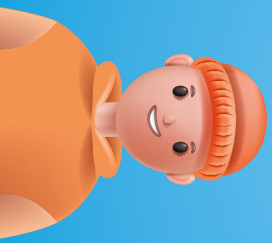
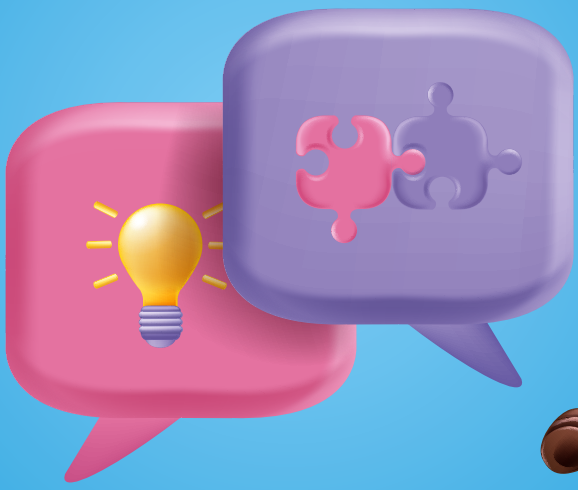
EducaJUS

De papo com a Justiça!







PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DO TOCANTINS

“Era uma vez uma cidade
que possuía uma comunidade,
que possuía uma escola.
Mas os muros dessa escola eram
fechados a essa comunidade.
De repente caíram-se os muros
e não se sabia mais onde
terminava a escola,
onde começava a comunidade.
E a cidade passou a ser
uma grande aventura
do CONHECIMENTO.”

Texto extraído do DVD
“O direito de aprender”, uma realização da
Associação Cidade Escola Aprendiz,
em parceria com a UNICEF

Senhoras juízas e senhores juízes de direito,

Sabemos que a crise do Poder Judiciário brasileiro se prolonga há décadas, resistindo às reformas e políticas públicas implementadas. Os dados estatísticos do "Justiça em Números" demonstram que as demandas mais recorrentes por assunto no 1º grau da Justiça Estadual são execuções fiscais e cobranças de IPTU, com o Estado figurando como principal demandante. A soma dessas demandas supera todos os outros temas. Além disso, os principais litigantes continuam sendo o Estado, em sua estrutura burocrática e ineficiente, e os bancos, tanto públicos quanto privados. Em um país onde a extrema pobreza tem cor e gênero, o número de pessoas em situação de vulnerabilidade não para de crescer. Aproximadamente 23% dos processos arquivados com deferimento do benefício gratuidade judiciária, ao passo que a arrecadação em razão da atividade jurisdicional ultrapassa 60 bilhões em custas judiciais, taxa judiciária, impostos, multas etc.

A política judiciária de conciliação, regulamentada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2015, apresenta baixos índices de adesão, especialmente a partir de 2017. Paralelamente, o sistema acumula um estoque de 83 milhões de ações em aberto. As desigualdades sociais históricas (em relação ao vulnerável, às minorias) permanecem, mesmo após 35 anos da promulgação da Constituição Cidadã. Esses dados evidenciam que a busca por eficiência jurisdicional, traduzida na redução do acervo de processos, nem sempre resulta em justiça substancial (social). Soma-se a isso a existência de inúmeras barreiras ao acesso efetivo à justiça, como a falta de conhecimento acerca dos direitos e obrigações, e a forma de acioná-los adequadamente, isto é, a (des)informação, uma lacuna cultural que cria obstáculo àquele direito humano (DH) básico e, consequentemente, à cidadania ativa (crítica e comprometida) e à pacificação social (missão do Judiciário do Tocantins).

Diante desse cenário, a questão central é: Como o Judiciário tocantinense pode romper a barreira cultural da des(informação) ao direito humano de acesso efetivo à justiça e contribuir para a formação cidadã, o fortalecimento da democracia e a promoção da (des) judicialização consciente (pacificação social)? Uma proposta viável e transformadora é a aproximação dos Cejusc's – presentes em todas as comarcas do estado – da sociedade, por meio de parcerias com escolas. Os direitos humanos podem ser conquistados de forma pacífica ao integrar a educação com vivências sociais que promovam o (re)conhecimento dos direitos e dos deveres. Assim, os educandos se transformam em sujeitos empoderados, comprometidos com a consolidação da cultura da paz e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e a promoção da paz (educação do século XXI). Afinal, a evolução do ser humano ocorre quando se humaniza em relação a si, ao outro e ao mundo.

Essa proposta é intinerante – ao visar diminuir a distância geográfica entre a sede da comarca e seus distritos judiciários – e também proporciona a inclusão social – ao reconhecer a educação como um direito humano básico, que deve ser promovido por todos, inclusive pelo Poder Judiciário (Art. 205, da CF/88) e a todos indistintamente. Logo, contempla ações voltadas à igualdade, à equidade, ao respeito mútuo, à tolerância, à sustentabilidade, ao uso responsável da internet, à prevenção das demandas predatórias por meio da formação dos educandos como multiplicadores dos direitos humanos entre os idosos inclusive. Trata-se de uma política pública voltada à educação de qualidade, equitativa e inclusiva (agenda 2030 da ONU), que procura prevenir a evasão escolar e instrumentalizar os educadores em educação de direitos humanos continuamente, propiciar a qualificação do projeto político-pedagógico (PPP) das escolas participantes, além de promover um ensino interdisciplinar voltado aos direitos humanos e à transformação da mentalidade em relação aos conflitos, por meio do gerenciamento das emoções.

Esta aproximação permite o acolhimento das comunidades escolares pelo Judiciário humanizado, reforça laços de confiança da sociedade no Judiciário e reafirma a dignidade humana, ao criar uma cultura sólida de luta pacífica pela concretude dos direitos humanos. Por meio destas ações, o Judiciário pode se tornar um agente de inovação social, ao possibilitar cidadania ativa e inclusão social, que consolida a cultura da democracia e da paz, e contribui para um futuro mais justo, inclusivo e solidário (educação do século XXI).

Seja você também um agente transformador na sua comunidade, faça parte desta história de inovação social!

Direitos humanos: "direitos humanos é aquela ética que vê no outro um ser merecedor de igual consideração e profundo respeito dotado do direito de desenvolver as suas potencialidades de forma livre e de forma plena." (PIOVESAN, Flávia, in Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas contemporâneas, Revista TST, Brasília, vol.1, jan./mar.2009, p.108)

Ficha Técnica

Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi

Coordenadora do Cejusc Guaraí (2015/2016). Atualmente juíza auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Tocantins. Especialista na área de Direito Público-constitucional e Administrativo, pela Faculdade Vale do Rio Doce. Pós-graduada em Teoria da Decisão Judicial. Mestra em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT/ESMAT). Co-gestora do programa educativo institucional e estratégico: EducaJUS: De Papo com a Justiça. Presidente do Comitê Gestor Estadual da Justiça Restaurativa nos biênios 2019/2021 e 2023/2025. Coordenadora do Comitê da Política de Equidade de Gênero e Raça do Poder Judiciário do Tocantins nos biênios 2019/2021 a 2023/2025. Membra da Rede de Cidadania e de Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Coordenadora do Comitê Regional Pop Rua Jud do Tocantins. Presidente do Comitê Técnico da Política de Sustentabilidade no Judiciário Tocantinense no biênio 2023/2025. Idealizadora da Agenda Institucional de Direitos Humanos e do Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos. Gestora da Meta 3 do Plano de Gestão do biênio 2023/2025: Implementar ações em direitos humanos interna e externamente.

Patrícia Medina

Professora Orientadora

Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1992) e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2011) – Docente-pesquisadora do MPPJDH – Mestrado em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense em cooperação com a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

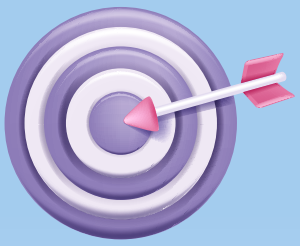
Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe

Presidente do Tribunal de Justiça.

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (2023/2025). Com mais de 35 anos de magistratura, ingressou no Judiciário Tocantinense em 1989, no primeiro concurso para juízes do Estado. É graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), pós-graduada em Direito Ambiental pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

Foi juíza auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça e titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Colinas do Tocantins antes de sua promoção ao cargo de desembargadora, em 2015. Presidiu a 2ª Câmara Criminal do TJTO (2015-2017), foi vice-corregedora-geral da Justiça (2019-2021) e corregedora-geral da Justiça (2021-2023).

Eleita presidente do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais da Justiça do Brasil (CCOGE) em 2022, também atuou como vice-presidente de Cultura do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (2023/2025). Desde 2023, preside a Comissão Gestora de Políticas de Equidade de Gênero e Racial do TJTO.



Você sabia?

O programa EducaJUS: De Papo com a Justiça poderá ser realizado ao longo de todo o ano letivo, desde que observado, rigorosamente, o calendário escolar. Essa abordagem garante que as atividades respeite o ritmo do ano letivo de cada escola participante.
As iniciativas serão planejadas para complementar o aprendizado e de forma a assegurar que todos participem sem comprometer suas responsabilidades escolares.

EducaJUS
De papo com a Justiça!

Bem-vindos ao Manual do Programa EducaJus: De Papo com a Justiça!

Este manual foi elaborado exclusivamente para os educandos do 9º ano do ensino fundamental II, com o intuito de promover uma compreensão sobre o sistema de justiça e a importância dos direitos e deveres individuais e coletivos para construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária.

Nosso objetivo é auxiliar os adolescentes a se tornarem cidadãos conscientes e engajados, capazes de compreender o papel do Judiciário na sociedade, assim como o seu papel na comunidade escolar local e no âmbito global, a fim de que possam atuar de forma crítica diante das questões locais/globais que os cercam. Tudo isso por meio de atividades interativas, discussões e reflexões, que busquem incentivar o diálogo aberto entre saberes diversos (ecologia do saber), como direitos humanos, transformação pacífica de conflitos e o papel social do juiz de direito.

Esperamos que este manual sirva como uma ferramenta valiosa para enriquecer a experiência educacional e formar cidadãos mais informados, respeitosos, tolerantes, autônomos, empoderados em suas comunidades. Vamos juntos trilhar o caminho da justiça e da cidadania ativa!

Vale lembrar que as proposições deste manual não devem ser entendidas como apresentação de modelos prontos para serem colocados em prática, mas sim, destina-se a provocar reflexões em cada comunidade educativa e no Judiciário tocantinense.

Logo, incentivam-se constantes reinvenções conforme as peculiaridades locais.

Assim, desejamos uma boa leitura e que este material contribua para outras tantas ações afirmativas educativas!

Apresentação

Diminuir distâncias e aproximar o Judiciário do cidadão, sobretudo da juventude. Esse é o propósito do programa EducaJUS: De papo com a Justiça, uma iniciativa do Judiciário Tocantinense, que vai atuar de forma itinerante na promoção da cidadania consciente e da paz social junto com os educandos do ensino público nas comarcas do estado, a fim de lhes dar voz e vez.

Sumário

Objetivos ____ 9

Fase 1 Ver ____ 11

Fase 2 Saber ____ 14

Fase 3 Celebrar ____ 15

Fase 4 Comprometer e Planejar ____ 16

Fase 5 Socializar ____ 17

Contato EducaJus de Papo com a Justiça ____ 18

Anexos ____ 21

Considerações finais ____ 22

Objetivos

Levar aos **educandos** noções básicas de cidadania, direitos fundamentais e sociais, deveres, organização dos poderes e **prevenção e tratamento pacífico de conflitos, por meio de uma razão sensível.**

O programa EducaJUS: De papo com a Justiça tem como objetivo geral aproximar o Judiciário da sociedade por meio das escolas, ao promover um diálogo **horizontal** em linguagem simples entre educandos, educadores, coordenadores pedagógicos e integrantes do sistema de justiça. Essa interação visa informar de forma clara e educar os jovens sobre seus direitos e deveres, a fim de fortalecer a cidadania no **Estado Democrático de Direito**, e ampliar o acesso efetivo à justiça.

Público Alvo

Educandos do 9º ano do ensino fundamental II.

A adesão ao programa EducaJUS: De papo com a Justiça é opcional para os educandos e **educadores das escolas participantes**. Este programa **educativo** foi **pensado como uma oportunidade de aprendizado** sobre direitos e deveres, com o objetivo de enriquecer a formação humanizada dos participantes **voluntários** e **permitir uma convivência harmoniosa em sociedade. Cada educando e educador tem a liberdade de decidir se deseja participar, mas se assegura que a experiência será positiva e significativa para aqueles que optarem por se envolver.**

EducaJUS

De papo com a Justiça!

Veja aqui algumas notícias sobre o EducaJUS: De papo com a Justiça

EducaJUS semeará a justiça restaurativa nas escolas
Veja mais em:

Poder Judiciário lança EducaJUS – De Papo com a Justiça
Veja mais em:

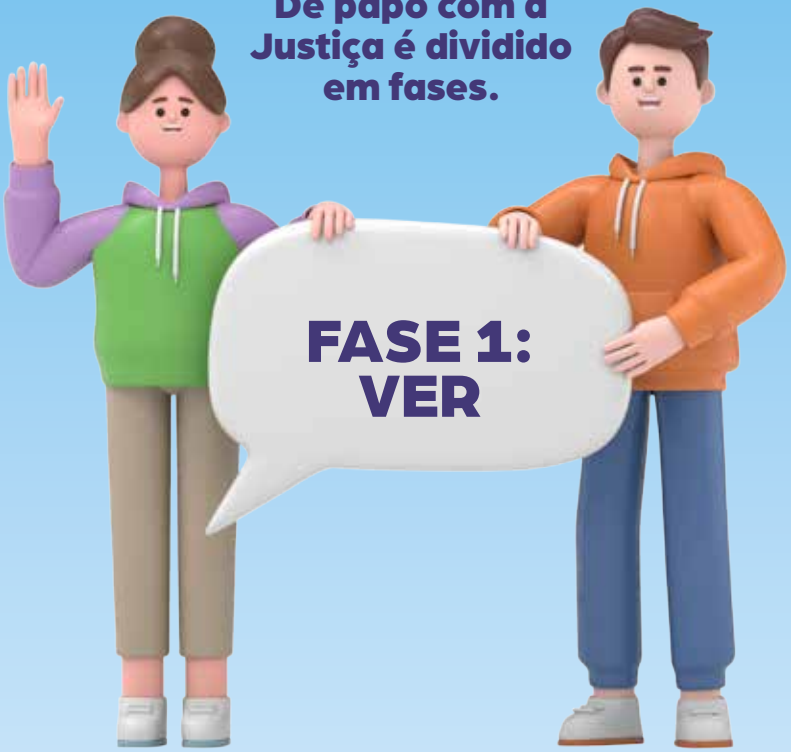
EducaJUS realiza nova etapa com palestras e oficinas temáticas
Veja mais em:

EducaJUS aproxima Judiciário de estudantes
Veja mais em:

O programa EducaJUS: De papo com a Justiça conta com uma equipe multidisciplinar de voluntários do **Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO)**, composta por **bacharéis em direito, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, jornalistas, etc**., dedicada a atuar em colaboração com a comunidade escolar e os Cejusc´s participantes do Programa Educativo.

Possuí uma **Metodologia plural** e participativa junto a comunidade escolar.

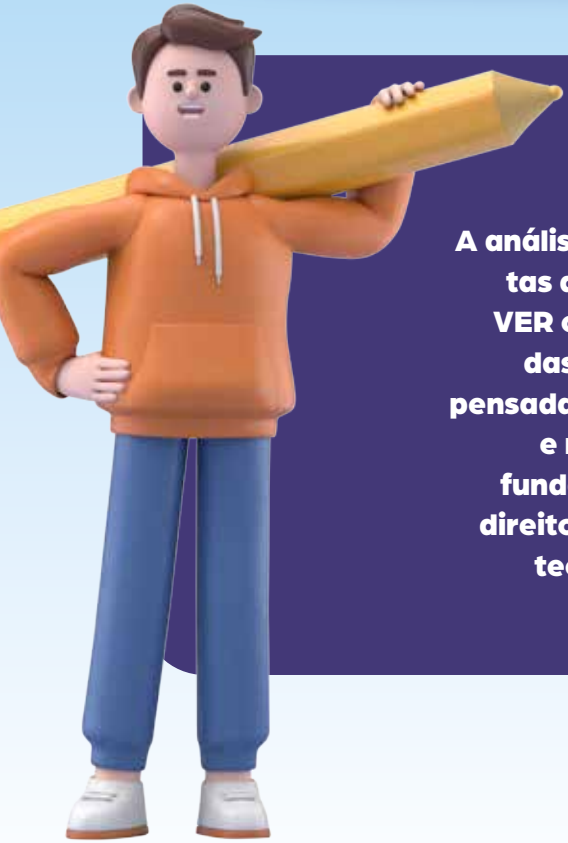
O Programa EducaJUS: De papo com a Justiça é dividido em fases.



Aqui é preciso observar para sentir, identificar as necessidades dos educandos em relação à educação em direitos humanos, seja por meio de coletas de dados; círculos restaurativos; atividades lúdicas ou escritas, em grupo ou individuais; leituras reflexivas, por exemplo.

Dê uma olhadinha na caixa de ferramentas, ela pode lhe ajudar na escolha da atividade mais adequada para você desenvolver o programa educativo na sua Comarca.

Os adolescentes podem ser organizados em pequenos grupos, supervisionados por um voluntário das equipes do Judiciário do TJTO, que será responsável pelo registro quantitativo das respostas na fase do VER e pelas anotações específicas relativas aos questionamentos e/ou comentários e contribuições dos educandos, que possam impactar na escolha dos temas a serem aprofundados na próxima etapa do SABER.



A análise qualitativa das respostas dos educandos na fase do VER orientará o planejamento das próximas ações a serem pensadas com base na legislação e nas políticas públicas que fundamentam a educação em direitos humanos no Brasil e na teoria moderna do conflito.

FASE 2: SABER

A fase 2, denominada **SABER** envolve a troca de conhecimentos entre os educandos, educadores, convidados, parceiros, as equipes multidisciplinar do TJTO e do Cejusc local. **As atividades podem se desenvolver por meio de jogos de tabuleiro, provocações filosóficas, contação de histórias, atuação teatral, dinâmicas, oficinas, palestras e rodas de conversa**, sempre mantida uma abordagem horizontal e linguagem simples.

Fique de olho na Caixa de Ferramenta anexa.

FASE 3: CELEBRAR

A fase 3, chamada de **CELEBRAR** é dedicada à motivação, por meio de comemoração do aprendizado adquirido na fase 2 do **SABER**. Nessa etapa, o conhecimento é avaliado, seja por meio de um **quiz premiado** ou **gincanas**, por exemplo.

ACESSE O QRCODE E VEJA MAIS DICAS

FASE 4: SISTEMATIZAR / PLANEJAR

A fase 4, conhecida como **SISTEMATIZAR/PLANEJAR**, visa incentivar atitudes dos educandos, a sua escolha, com o objetivo de melhorar algum ponto da realidade em que estão inseridos. Essa etapa fundamenta-se nos conhecimentos adquiridos referentes à educação em direitos humanos, gerenciamento das emoções, organização dos poderes, etc..

Para tanto, distribuímos exemplares da Constituição Federal do Brasil, cópia da declaração de direitos humanos em linguagem simples.

Os educandos podem ser divididos em grupos sob orientação de um dos voluntários das equipes do Judiciário, a fim de que apresentem protótipos de suas ideias, a fundamentação legal e a respectiva ação a ser desenvolvida por eles na escola ou na comunidade.

FASE 5: COMPROMETER

E mão na massa! Chegamos na fase 5: **COMPROMETER**
No projeto-piloto trabalhamos o comprometimento dos educandos com a construção de projetos, como método participativo de aprendizagem ativa (vivência), que podem envolver habilidades cognitivas, socioemocional, alteridade, empatia, solidariedade, compaixão, diálogo, gestão de conflitos, habilidade de comunicação não violenta, de interação, de construção, de networking, criatividade, valores universais (justiça, igualdade na diferença, dignidade e respeito às diferenças e à diversidade) e princípios dos direitos humanos focados em um mundo mais justo, pacífico, tolerante, inclusivo, seguro e sustentável. Esta foi a opção escolhida pelas equipes multidisciplinar do TJTO e a do Cejusc de Guaraí.

FASE 6: SOCIALIZAR

A fase 6, intitulada **SOCIALIZAR**, permite que os educandos ampliem o alcance do Programa EducaJUS: De papo com a Justiça, porque compartilharão com a comunidade local, os resultados adquiridos de todo o processo de aprendizagem, a fim de provocar impactos positivos em mais vidas.

Nesta fase ocorreu a premiação pública dos projetos construídos pelos educandos, inscritos e avaliados nos termos do edital específico.

ACESSE O QRCODE E VEJA MAIS DICAS

CAIXA DE FERRAMENTAS

a) Ficha "Quem sou eu?"

1. IDADE: _____anos completos.
2. SEXO: Masculino ( ) Feminino ( )
3. RAÇA/COR: preta ( ) parda ( ) indígena ( )
   quilombola ( ) amarela ( ) branca ( ).

ENDEREÇO:

4.1 URBANO ( )

4.1.1 A rua onde fica sua residência é:

( ) Asfaltada/pavimentada totalmente
( ) Parcialmente pavimentada/asfaltada
( ) Não é calçada ou pavimentada

4.2 RURAL ( )

4.3 Qual a distância, em quilômetros, do seu local de moradia para a escola? _____km

4.4 Quanto tempo você leva para fazer esse percurso? _____ minutos

4.5 Transporte utilizado de sua moradia para a escola:

( ) Carro próprio ou da família
( ) Ônibus escolar público na zona rural
( ) Táxi ou mototáxi
( ) Transporte alternativo (van, kombi etc.)
( ) Moto
( ) Bicicleta
( ) A pé na zona urbana
( ) Outro meio _____

5. Marque a(s) pessoa(s) com quem você mora:
Pai ( ) Mãe ( ) Irmã/Irmão ( ) Avó/Avô ( ) Tio/Tia ( )
Outros _____

5.1 PAIS
Grau instrução mãe: ( ) Não Alfabetizada ( ) Ensino Fundamental
( ) Ensino Médio ( ) Ensino Superior

Grau instrução pai: ( ) Não Alfabetizado ( ) Ensino Fundamental
( ) Ensino Médio ( ) Ensino Superior

5.2 Falecido?
( ) NÃO
( ) SIM ( ) PAI ( ) MÃE Há quanto tempo? _____

5.3 Paternidade ( ) conhecida ( ) desconhecida

6. Ocupação:

( ) Família de agricultores: família cuja sobrevivência vincula-se à atividade agropecuária, praticada, predominantemente, com a força de trabalho familiar, em âmbito doméstico, na produção para autoconsumo e comercialização do excedente. As atividades agrícolas desenvolvidas por essas famílias podem envolver o cultivo de hortaliças, plantas medicinais, frutas, flores, bem como a criação de animais de pequeno porte etc..

( ) Família assentada: família que depois de ter sido assentada em Projetos da Reforma Agrária, firmou com o INCRA contrato de concessão de uso de terra e recebeu o Título de Domínio Inegociável pelo prazo de dez anos. Essas famílias exploram a terra para produção de bens agrícolas e agropecuários.

( ) Família de pescadores: família que utiliza os recursos pesqueiros extraídos da água doce ou salgada para fins comerciais ou de subsistência.

( ) Autônomo
( ) Empregado(a) privado(a)
( ) Servidor(a) público(a)
( ) Empresário(a)

7. Especifique a forma de abastecimento de água da residência onde mora:

( ) Rede pública de distribuição Poço,
( ) Rio ou nascente
( ) Carro pipa
Outra forma _____

8. O lixo da residência é:

( ) Coletado pela Prefeitura
( ) Não é coletado e tem outro destino (queimado, enterrado etc.)

9. A iluminação de sua residência é:

( ) Iluminação elétrica
( ) Possui outra forma de iluminação (gerador, vela, querosene etc.)

10. Sua residência possui:

( ) Banheiro ou sanitário
( ) fossa/saneamento
( ) céu aberto ou vala
( ) escoa para o rio, riacho etc.
( ) outra forma de escoamento

11. Marque (quantos quiser) os serviços/políticas públicos disponíveis em sua comunidade:

( ) Educação (creche, escola, faculdade, curso profissional etc.)
( ) Saúde (posto de saúde, upa, hospital, CAPS etc.)
( ) Previdência (INSS)
( ) Assistência Social (CRAS, CREAS, abrigo/casa de acolhimento, bolsa família/CadÚnico etc.)
( ) Paz Social (campanha)

12. Algum componente da família, incluindo você, possui algum tipo de deficiência?

( ) SIM

Se respondeu sim, especifique:

Quem é o componente da família: _____

Qual o tipo de deficiência que possui:

( ) visual ( ) física ( ) auditiva ( ) outra(s) ( ) NÃO

13. Indique se você ou algum membro da sua família vivencia ou vivenciou uma ou mais das seguintes situações no período de 2019 a 2022 (marque quantos itens forem necessários):

( ) Uso de álcool e/ou outras drogas
( ) Preconceito e/ou discriminação racial e/ou de gênero e/ou de idade
( ) Violência física, psicológica e/ou sexual
( ) Desemprego
( ) Dificuldade/ausência de acesso à justiça
( ) Falta de alimentos consumidos antes da pandemia
( ) Abuso ou exploração sexual
( ) Pessoa presa no sistema carcerário
( ) Pessoa vivendo em abrigo ou casa de acolhimento
( ) Criança ou adolescente que cometeu ato infracional, definido como conduta descrita como crime ou contravenção penal
( ) Marque aqui caso a sua família não vivencie nem tenha vivenciado nenhumas dessas.

14. Internet: (pode marcar quantos necessários)

( ) Acesso:
( ) Rede estável
( ) Rede instável
( ) Celular: ( ) de uso próprio ( ) de uso da família
( ) Microcomputador: ( ) de uso próprio ( ) de uso da família
( ) da escola

( ) Notebook: ( ) de uso próprio ( ) de uso da família ( ) da escola
( ) Tablet: ( ) de uso próprio ( ) de uso da família ( ) da escola
( ) NÃO tem acesso

b) UNESCO

Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI. Brasília: UNESCO, 2015. p.44. Disponível em:

https://unesdoc.Unesco.org/ark:/48223/pf0000234311?posInSet=7&queryId=024395f3-643a-4e58-bd24-6ff4e7e706cb.

Acesso em: 23 maio 2022.

c) Atividade escrita "ranking" dos garantidores de direitos na opinião dos educandos:

Numa escala crescente de 0 a 10, dentre as opções abaixo, qual garante mais seus direitos?

( ) Apoio da família
( ) Escola
( ) Igreja
( ) Apoio de amigos
( ) Possibilidade de acesso à justiça/aos advogados
( ) Esforço pessoal
( ) Políticas de governo
( ) Lei
( ) Polícia
( ) Informações da imprensa/mídia

d) CAIXA DE PERGUNTAS ABERTAS QUE PERMITAM RESPOSTAS ESPONTÂNEAS:

1. O que é a declaração universal dos direitos humanos e por que ela é importante?
2. Como o Judiciário pode garantir o cumprimento dos direitos humanos?
3. Como os jovens podem se envolver na defesa dos direitos humanos?
4. Como você gostaria que os direitos humanos fossem tratados em sua escola?
5. O que lhe vem à mente ao pensar em paz social? Expresse em uma palavra.

6. Você acha importante conhecer nossas emoções e as dos outros para convivência em sociedade? Por quê?

7. Como você trata a ideia de minorias na sua escola?

8. O que você percebe em relação à proteção dos gêneros, etnias/raças, idades, religiões, orientações sexuais no Brasil pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário?

9. Conte sobre situações percebidas por você de violências contra crianças e idosos (casa, escola, vizinhança, bairro, cidade, na TV, nas redes sociais)?

10. O que é o Poder Judiciário para você?

11. Qual a fonte de sua opinião:

( ) Uso próprio dos serviços,

( ) Círculo de convivência (parentes, família nuclear, amigos) ou

( ) Notícias nas redes sociais, livro, escola, jornais, TV?

12. Que ligação você percebe entre educação, direitos humanos, cidadania e justiça?

13. Qual a principal fonte de informação que você busca: livros, jornais, TV, redes sociais, conversas com amigos, pais, escola?

14. Que sentimentos podem influenciar uma briga entre pessoas?

15. Que direitos humanos você já teve desrespeitado? Cite 2.

16. Em sua opinião, qual a importância de conhecer e respeitar os direitos humanos na escola e na vida em sociedade?

17. Como a questão de gênero e discriminação racial se relaciona com os direitos humanos?

e) PRAZERES DE CASA:

1.O que você incluiria na Declaração de Direitos Humanos se fosse escrevê-la hoje?

2.Escrita da própria história de vida.

f) ATIVIDADE EM GRUPOS: consistiu na leitura por um dos membros da equipe interdisciplinar de frases relativas aos direitos humanos, com a finalidade de serem discutidas entre os participantes para apresentação da resposta única do grupo (trabalhar emoção) concordância, concordância total, concordância parcial, discordância, discordância total, discordância parcial:

– Lavar a calçada de sua casa todos os dias;

– Direitos humanos deveriam ser só para pessoas de esquerda

– Os idosos apenas servem para dar trabalho às suas famílias

– Criança é para estudar, não para trabalhar

– As pessoas com deficiência podem fazer algumas coisas até melhor que outras pessoas sem nenhuma deficiência

– "Ladrão que rouba ladrão, tem mil anos de perdão"

– Quando se fala em diversidade, fala-se em seres únicos

– Respeito é bom e todo mundo merece

– Homem que é homem não chora

– Quando ninguém fica para trás, a desigualdade que desaparece

– Às vezes o homem pode não saber por que bate, mas a mulher sabe por que apanha

– O juiz de direito é o único que resolve problemas surgidos entre as pessoas?

– Na realidade e não perante a lei, "todos (ricos e pobres) respondem igualmente pelos seus crimes no Brasil"?

– O Brasil já atingiu mais de 100 milhões de processos judiciais?

– Somente por meio da educação podemos ter uma sociedade menos machista e mais igualitária

g) ATIVIDADE PARA TESTAR O RECONHECIMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988:

– Acesso pela sociedade à informação da Administração Pública como forma de controle social das contas/gastos públicos

– Prioridade na vaga de emprego para jovens

– Proteção legal igual para brancos e negros, ricos e pobres, mulheres e homens

– Andar livremente nas ruas

– Expressar sua opinião sem ofender o outro

– Votar e ser votado

– Possuir moradia digna

– Ser preso sem decisão judicial fundamentada

– Atendimento de um brasileiro com prioridade, embora esteja na fila do posto de saúde atrás de um venezuelano

– Educação para todos e todas é um dever de todos e todas

– A primeira certidão de nascimento é gratuita

– O travesti não pode ter seu nome social na certidão de nascimento

– Brasil é um país católico

– Pessoas do mesmo sexo podem adotar criança do mesmo sexo delas

– Construção de pistas de skates nos espaços públicos

– Direito à água tratada

– Existência de Defensoria Pública

– Respeito às tradições de comunidades quilombolas e indígenas

– Previsão de cotas para negros nas Universidades

– Possibilidade de a pessoa trabalhar no interior do presídio para redução de sua pena

– Previsão de reserva de vagas para pessoas com deficiência nos concursos públicos

– Trabalho infantil (exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos de idade) para aquisição de responsabilidade desde pequeno.

h) NUVEM DE PALAVRAS REFERENTES ÀS CARACTERÍSTICAS NECESSÁRIAS A UM JUIZ DE DIREITO SEGUNDO VISÃO DOS EDUCANDOS, E DOS MAGISTRADOS DA COMARCA. O QUE OCORREU EM MOMENTOS SEPARADOS.

i) LEITURAS RELEXIVAS:

Em pleno ano de 1988, Jânio Quadros, então prefeito de São Paulo, a maior metrópole brasileira, proibiu que as pessoas usassem skate pelas ruas e parques da cidade. Crianças e adolescentes que fossem apanhados andando de skate seriam levados para o juizado. Na gestão seguinte, a prefeita Luiza Erundina não só liberou o uso do equipamento, como deu início a construção de pistas adequadas para a prática dessa modalidade esportiva. Hoje, o Brasil tem alguns dos maiores expoentes do skate, reconhecidos mundialmente por seu talento. Certamente não seriam se não tivessem tido o direito de praticar um esporte, como qualquer outro no espaço público da rua.

O boom da mineração ilegal nas terras indígenas Yanomami (que significa seres humanos) do Brasil conta com tecnologia high tech (satélites starlink) e tornou-se um gabinete de empregos de pessoas pobres por empresários capitalizados de Roraima. Estatuetas de madeira (reaproveitada) da divindade Yanomami, Omama, foram oferecidas a 20 indicados ao Oscar no início de março deste ano em uma campanha para conscientização sobre o ouro da Amazônia (Júnior Hekurari Yanomami, Mongabay séries: Conservação na Amazônia, Desmatamento Ilegal na Amazônia, 26/4/2023).

Se o mundo fosse uma vila"[1]. Segundo a visão do filósofo Platão, ao considerar a necessidade de uma sociedade ideal, justa e boa, o mundo novo e melhor seria uma vila e, além de bens materiais e alimentos, precisaria de "justiça para governar com sabedoria e um poder que impeça os mais fortes e hábeis de se aproveitarem dos mais fracos. Mas como saber quem será este verdadeiro governante? Ele seria, antes de tudo, um filósofo que, por amar a verdade e a sabedoria, dedicaria sua vida a passar este conhecimento para frente, para que todos possam, ao final, se tornar filósofos também. Esse governante não ganharia o dom de governar e nem seria eleito pela maioria. Ele se construiria por meio da educação e cresceria, tornando-se cada vez melhor. Isso é um ofício que se aprende, assim como a engenharia ou a medicina, contanto que, antes de tudo, se tenha vontade, amor e inteligência e se ame a sabedoria, isto é, seja um filósofo. Essa seria a vida com que todos sonham, se este mundo fosse uma vila". [1] ARRUDA, ISABELA (2009, p. 81/82).

j) MÚSICA: "CURE O MUNDO", "EU AGRADEÇO", TODAS E TODOS FORAM CONVIDADAS (OS) PARA CANTAREM, DANÇAREM E REFLETIREM SOBRE O PAPEL DE CADA UM DE NÓS PARA UM MUNDO MELHOR

k) rodas de conversas:

* Com o magistrado titular da vara criminal de Guaraí, Fábio Costa Gonzaga, depois de apresentado, abordou na roda de conversa com os educandos: 1. Sistema prisional brasileiro; 2. Política de repressão penal brasileira; 3. Crimes em espécie, em especial violência doméstica e familiar e abuso contra menores; 4. Crise no sistema prisional; 5. Função das polícias; 6. Função do Judiciário Criminal; 7. Seletividades institucionais; e 8. Riscos inerentes ao descumprimento de regras jurídicas e as consequências do envolvimento com drogas e crimes.

Existe no Brasil relação entre as taxas de reprovação e de evasão escolar com as taxas de crescimento da criminalidade juvenil, o que torna essa questão social e política.

*Com a magistrada Renata Nascimento e a procuradora de justiça Maria Cotinha Bezerra, mulheres negras referências estaduais no combate ao racismo, criaram espaço de diálogo com os educandos, para demonstrar, por meio da conscientização e sensibilização sobre as mais variadas manifestações de práticas racistas, o quanto o racismo estrutural implica em afronta aos direitos humanos. Houve proposta de troca de vocábulos racistas utilizados por todos no cotidiano, pela ausência de conhecimento sobre seus significados, como, por exemplo, criado-mudo por mesa de cabeceira, dia de branco por dia de trabalho, cor de pele por cor, lista negra por lista de restrições, inhaca por mau cheiro, cabelo ruim por cabelo crespo, afro ou cacheado, inveja branca por inveja ou algum elogio, a coisa está preta por a situação está difícil.

Contextualizações históricas do negro no Brasil (como os negros eram trazidos da África em porões de navios, maltratados e subjugados, que foram 388 anos de escravidão no País, sendo o Brasil o último do mundo a libertar os escravos) e de episódios públicos recentes que perpetuam preconceitos enraizados na sociedade provoca a dúvida: **será que a abolição da escravatura libertou de fato os negros?** É cediço não ter havido apoio nem estrutura para inserção dos negros livres na sociedade a partir da importante promulgação da Lei Áurea, o que contribuiu para que muitos, até os dias atuais, vivam à marginalidade social.

Ademais, trouxeram reflexão para como esse cenário representa atualmente um retrocesso histórico e civilizatório, razão pela qual ressaltaram a necessidade de posturas antirracistas efetivas em prol de uma sociedade mais democrática.

Ao final, deixaram claro que racismo é crime e merece ser denunciado por todos nós.

Após, os educandos foram convidados a perguntar ou relatar situações visualizadas por eles como discriminação racial.

*Sobre "Gênero e Violência contra Mulher", os conceitos de gênero relacionados aos direitos humanos (a violência contra as mulheres representa violação de direitos humanos segundo a ONU) e à cidadania de forma interseccional, com base nos princípios de igualdade e na não discriminação foram abordados pela advogada Stella Bueno. A advogada provocou reflexões de maneira dialógica, como a diferença entre feminismo (movimento político, filosófico e social que defende igualdade de direitos entre mulheres e homens) e femismo (machismo, de cunho sexual, hierarquização), que não se justifica a injustificável violência contra mulher, a qual não escolhe cor, etnia, classe social, e que é uma estratégia do patriarcado colocar a mulher como culpada da própria violência; e a masculinidade tóxica.

Ademais, falou sobre o Patriarcado (relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres) e a sua influência ainda na sociedade atual. O feminismo dos anos 1960 e a sua contribuição na construção dos direitos das mulheres. Também sobre as faces da violência (psicológica, moral, patrimonial, sexual e cárcere privado) baseadas no gênero, com ênfase na violência doméstica e familiar na Lei 11.340, de 2006, e Feminicídio, tipificados como crimes no Brasil. Tudo com o objetivo de trazer conhecimento aos educandos sobre violência doméstica e familiar e conscientizá–los sobre seu papel na prevenção, combate e extinção da violência de gênero cotidiana.

*Entre o Conselheiro presidente do Tribunal de Contas Estadual (TCE), o magistrado coordenador estadual da Infância e Juventude no Tocantins e o promotor de justiça da 20ª Promotoria de Justiça de Palmas na área de atuação Infância e Juventude, que falaram aos educandos sobre os temas a seguir, respectivamente.

– Finalidade do TCE no contexto da adolescência, a saber: fiscalização das atividades dos gestores públicos para obtenção de recurso público, planejamento e aplicação dos mesmos recursos de forma correta e efetiva, o que é de suma importância para educação, que precisa do apoio do Estado.

– Explicação por meio de história, se queremos ter direitos é preciso escolher se daremos ao outro a oportunidade de manifestar antes de qualquer cobrança de atitude, pois é fundamental a escuta ativa, agir com persistência, amor, paciência, humildade, sabedoria, ao invés de afirmar de imediato que tem razão (gestão das emoções); logo, o primeiro dever dos jovens é cumprir suas obrigações, ter respeito nas relações com os pais, educadores, ou seja, é preciso igualmente a responsabilização dos adolescentes, além dos direitos previstos em lei; alerta sobre a necessidade da construção do pensamento crítico da realidade principalmente diante da influência midiática, sendo inteligentes suficientes para fazer suas escolhas, evitar uso de bebida alcoólica, substância entorpecente, aceitação de propostas fáceis, o que se alcança mediante educação; ressalva que a porta do Judiciário sempre estará aberta para os jovens manifestarem abusos sofridos, a fim de que seja respeitada a integridade física, moral e psicológica como direito fundamental; reconhecimento de evolução da juventude atual menos preconceituosa e mais igualitária; mas que o adolescente que comete ato infracional pode ter sua liberdade cerceada.

Reflexões sobre duas palavras contidas na CFRF: "prioridade absoluta" das crianças e adolescentes, que após o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe a direitos e deveres, mas, em 2023, destacou-se a violência escolar como reflexo de nossa sociedade que gera conflitos, e se propagou pelo País inteiro justamente em razão do uso da internet; reiteração de que antes de qualquer reação, numa fração de segundos, pense o que a pessoa que você mais ama falaria e pensaria sobre a situação em que se encontra envolvido (socioemocional); alerta sobre o mau uso das redes sociais, que traz uma responsabilidade bem maior aos jovens de hoje, pois se propaga com velocidade de proporção nacional e internacional.

I) jogo interativo "Agentes da Democracia: eleitores e políticos do futuro", desenvolvido por meio das ações a seguir.

Bate papo – Dourival Reis (Dodi), servidor do TRE/TO

Diálogo iniciado com a seguinte provocação: Como vou querer meu mundo?, seguido da abordagem sobre política ("O castigo dos bons que não fazem política é ser governado pelos maus", Platão), cidadania (um super poder individual), democracia, segurança do processo eletrônico de votação e a responsabilidade do jovem na construção de um futuro melhor que o presente.

Jogo interativo – Juliana Bringel, servidora do TRE/TO

Foi utilizada ferramenta de aprendizado com formato lúdico para fixar conhecimento **sobre o processo eleitoral, no qual ninguém ganha ou perde, mas sim a democracia e a cidadania sempre juntas**, e sobre o pode/não pode nas eleições.

Treinamento com a urna eletrônica

Ao final, os educandos participaram de um processo de eleição com candidatos fictícios em um sistema que simula a eleição para prefeito e vereador, tal e qual oficial fossem eleitores mirins.

m) Educação financeira: o educador trabalhou o desenvolvimento da habilidade financeira por meio da tomada de consciência ao **instigar os participantes quanto à observância dos próprios comportamentos financeiros,** para depois compartilhar a prática de planos de controle (planilhas/reorganização financeira para os gastos fixos e variáveis); destacou a importância de conhecerem os direitos previstos no código de defesa do consumidor para negociação com fornecedor; explicou a diferença entre poupar com objetivo (preparação do futuro) e simplesmente poupar sem metas pessoais ou profissionais, além da necessidade de domínio (emocional) na escolha de consumo, pois marketing/mídia cria necessidade para compras; abordou também sobre o contato consciente com o sistema bancário, as relações de mercado do ponto de vista das finanças e a vivência com saldo bancário (evitar comprometimento de renda sem necessidade por meio do fortalecimento das escolhas financeiras) ou com investimentos após contar com uma reserva para situações emergenciais.

Para isso, foram compartilhados conteúdos com a finalidade de formação de opinião: o que é renda e despesa, conceitos de economia aplicada em finança, o que é educação financeira, conceito de riqueza, o que são impostos, forma de controlar e aplicar/gastar o dinheiro com parcimônia (tipos de despesas), relação de consumo consciente, geração de renda, noção de investimento, razão da existência do código de defesa do consumidor, princípio de negociação em finanças, poupar dinheiro, como aplicar o conhecimento em finanças para apoiar e auxiliar os mantenedores (pais/outros) e, consequentemente, impactar a sociedade no tocante à saúde financeira.

n) OFICINA DE GESTÃO SOCIOEMOCIONAL REALIZADA PELA PSICÓLOGA LUCIANE PRADO: com o objetivo de despertar a curiosidade dos educandos para percepção de sentimentos e emoções, bem como aprenderem a nomeá-los, terem a consciência de que sentir não é errado, e que existem recursos em cada um que podem ser desenvolvidos a fim de poder se expressar sem ofender a si mesmo, ao próximo e ao ambiente.

o) O MINISTRANTE DE ATIVIDADES/OFICINAS DE EXERCÍCIOS E PRÁTICAS TEATRAIS Tarcísio Vória ensinou técnicas de equilíbrio emocional, para acalmar mediante respirações profundas, o que proporciona ao ser humano de forma mais clara pensar, sentir, discernir e expressar ao sentir as batidas do coração. E falou de **diálogo interno inteligente, amoroso e assertivo.**

p) Após explicação do que é "CELEBRAR", brincadeira do quiz, cujas respostas foram premiadas com singelos mimos, assim **celebramos o acesso ao saber durante a execução do EducaJUS: De papo com a Justiça.**

q) Distribuição de Declaração de Direitos Humanos em linguagem simples e de exemplares da Constituição Federal do Brasil, para servir de fonte de pesquisas inicial dos educandos no planejamento dos projetos que foram desenvolvidos coletivamente **(habilidade comportamental), como forma de compromisso de transformação social a partir de um direito humano.**

r) Edital para seleção de projetos elaborados pelos educandos e educadores do 9º ano do Ensino Fundamental II das redes pública, que forem contempladas pelo programa de educação sociojurídica do Poder Judiciário Tocantinense para a promoção da (des)judicialização consciente dos alunos das Escolas Públicas – EducaJUS: De papo com a Justiça, com o objetivo de identificar, valorizar, divulgar e incentivar experiências educacionais, que mediante apropriação de conhecimentos e troca de saberes, reconhecimento de necessidades sociais, promovam a cultura dos direitos humanos, em seu largo espectro de temas, na rede municipal de ensino, com foco na transformação da realidade social local.

Portanto, a classificação e seleção para premiação por uma comissão geral do concurso público considerou os seguintes critérios para avaliação:

a) coerência entre apresentação do problema e solução proposta no projeto;
b) impacto e benefícios educacionais do projeto em relação aos direitos humanos e/ou cidadania;
c) articulação entre os processos de conhecimento disseminados pelo EducaJUS e aprendizagem;
d) se o projeto auxilia na difusão de ações de promoção e defesa dos direitos humanos e/ou cidadania no cotidiano;
e) criatividade e inovação;
f) coerência entre os objetivos e os resultados esperados/alcançados;
g) se o projeto obedece a algum(ns) dos princípios da educação em direitos humanos (PNEDH);
h) se o projeto configurou ou configurará alteração no projeto político pedagógico da unidade escolar e seus conteúdos curriculares consequentemente;
i) o projeto signifique afirmação de valores, de atitudes e de práticas que expresse a cultura dos direitos humanos.

s) Evento no fórum local, denominado premiação EducaJUS/2023[2], para o qual foram convidadas todas as demais comunidades escolares públicas e privadas da Comarca de os pais dos educandos; os prefeitos de seus município-sede e dos distritos judiciários da comarca; secretários municipais de educação, de assistência social e de esportes; CRAS, CREAS, representantes do Poder Legislativo; instituições de ensino superior da capital e da comarca; representantes dos sistemas de justiça estaduais e locais; servidores e magistrados da Comarca; delegada regional de ensino, representante da associação comercial local, polícia militar; Polícia Rodoviária Federal; cartório eleitoral; Justiça do Trabalho; titulares dos cartórios de registros civil e imóveis, de protesto e de notas da comarca; a sociedade civil, dentre outros; que contou com a programação a seguir:

– [2] Transmissão via plataforma do YOUTUBE:

***https://www.youtube.com/live/0cQbuTL-Yus?feature=share*.**

1. A Diretoria do Foro guiou **visita institucional dos educandos ao Fórum local**
2. A CGJUS/COCID/TO **divulgou ação do "Pai Presente"**

3. O Cejusc local disponibilizou de forma gratuita atendimento às demandas pré-processuais das áreas cível e de família com data de audiência para tentativa de conciliação; prestou atendimento e informação acerca dos projetos desenvolvidos, como Oficina de pais e filhos e Círculos de construção de paz, estes últimos procedimentos da justiça restaurativa, bem como acerca dos projetos que desenvolve dentro dessa mesma metodologia, na área de violência doméstica, como Homem Consciente, voltado para os agressores, e Profissionalizar e Acolher, voltado para as vítimas – mulheres.

4- O SEBRAE realizou atendimentos e orientações à comunidade sobre os temas de empreendedorismo, educação empreendedora, educação financeira. além da apresentação de sua plataforma de educação à distância onde a comunidade poderá fazer nossos treinamentos online

5- emissão gratuita de segundas vias de certidões de nascimento, casamento e óbito de pessoas que já possuem registro no Tocantins

6. Serviço de alistamento eleitoral (1º título), regularização (coleta biométrica), impressão de segunda via, transferência de título ou emissão de certidões.

7. Projeto Absorvendo: que tinha como escopo criar, instituir e aplicar mecanismos que possibilitem garantir os direitos das crianças e adolescentes que menstruam e têm suas atividades prejudicadas em face da ausência de recursos mínimos necessários para assegurar esses direitos, notadamente à escola, trabalho, saúde, incluindo sexual e reprodutiva, lazer, higiene e limpeza, configurando uma situação de POBREZA MENSTRUAL

t) Divulgação efetivada nas redes sociais oficiais do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e outras. Vejamos:

https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/educajus-encerra-ciclo-de-palestras-e-inicia-nova-fase-do-projeto

https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/de-volta-a-estrada-projeto-educajus-de-papo-com-justica-realiza-nova-etapa-com-palestras-e-oficinas-tematicas

https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/comprometimento-e-planejamento-estudantes-do-educajus-vao-desenvolver-projetos-em-beneficio-da-comunidade-escolar
https://www.instagram.com/reel/CuFr-ZWgK3z/?igshid=ZmZiYTY5ZDNhOA

https://www.tre-to.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/tre-to-participa-do-educajus-de-papo-com-a-justica-projeto-do-poder-judiciario-tocantinense

https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/junho-ambiental-acoes-em-guarai-envolvem-escolas-do-municipio

https://www.guarainoticias.com.br/noticia/educajus-promove-rodas-de-conversa-com-estudantes-de-escolas-publicas-de-guarai-e-de-tabocao

https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/comissao-avaliadora-divulga-lista-de-projetos-concorrentes-ao-premio-educajus

https://www.instagram.com/p/Cuz1in1OeiJ/?igshid=Y2I2MzMwZWM3ZA

https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/educajus-volta-a-guarai-e-oferece-servicos-de-cidadania-a-populacao

https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/educajus-reconhece-e-premia-iniciativas-de-cidadania

https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/educajus-aproxima-judiciario-de-estudantes-e-reforca-sonhos-profissionais-e-de-vida

https://www.defensoria.to.def.br/noticia/defensoria-publica-e-apresentada-a-estudantes-de-guarai-durante-educajus-programa-do-tjto

https://justocantins.com.br/tocantins/educajus-de-papo-com-a-justica-encerra-programacao-em-guarai-nesta-segunda-7/

https://tribunadotocantins.com.br/educajus-reconhece-e-premia-iniciativas-de-cidadania/

https://conexaoto.com.br/2023/08/01/poder-judiciario-realiza-premiacao-do-educajus-2023-e-oferta-servicos-de-cidadania-a-comunidade-de-guarai

https://www.portalfatosenoticias.com.br/com-transmissao-ao-vivo-ultima-fase-do-programa-educajus-acontece-na-segunda-feira-em-guarai/

https://bico24horas.com.br/noticia/poder-judiciario-realiza-premiacao-do-educajus-2023-e-oferta-servicos-de-cidadania-em-guarai/34349

https://guarainoticias.com.br/noticia/populacao-aprova-evento-da-justica-que-ofertou-varios-servicos-gratuitos-no-forum-de-guarai

https://mpto.mp.br/portal/2023/08/09/mpto-participa-de-projeto-de-cidadania-desenvolvido-pelo-tjto

https://direitoglobal.com.br/2023/08/05/tj-de-tocantins-conclui-projeto-educajus/

https://orlanoticias.com.br/educajus-to-reconhece-e-premia-iniciativas-de- cidadania/

https://mpmt.mp.br/portalcao/news/729/124445/mais-proximo-da-juventude-poder-judiciario-do-tocantins-lanca-educajus---de-papo-com-a-justica-e-visita-as-primeiras-escolas

https://portaljaciarabarros.com.br/de-volta-a-estrada-projeto-educajus-de-papo-com-justica-realiza-nova-etapa-com-palestras-e-oficinas-tematicas/
https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/mais-proximo-da-juventude-poder-judiciario-do-tocantins-lanca-educajus-de-papo-com-a-justica-e-visita-as-primeiras-escolas

https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/educajus-encerra-ciclo-de-palestras-e-inicia-nova-fase-do-projeto

u) Resolução nº 24 do Estado do Tocantins, de 14 de março de 2019, que APROVA o Documento Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, para o Território do Tocantins, fundamentado na Resolução CNE/CP nº 02, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Leia o QR Code abaixo pelo seu celular:

É MUITO FÁCIL TRAZER O EDUCAJUS DE PAPO COM A JUSTIÇA PARA A ESCOLA

ENVIE UM OFÍCIO PARA O CEJUSC DA SUA COMARCA

ou e-mail para:

nupemectjto@tjto.jus.br
presidencia@tjto.jus.br

Com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), o EducaJUS; De papo com a Justiça é uma iniciativa da Gestão 2023/2025 do TJTO, que atende à Recomendação nº 136/2022, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual orienta aos integrantes do Poder Judiciário a realizar visitas e ações periódicas em instituições públicas de ensino, com o objetivo de levar aos estudantes noções básicas de cidadania, direitos fundamentais e sociais, organização dos poderes, e prevenção de conflitos.

Antoine de Saint-Exupéry

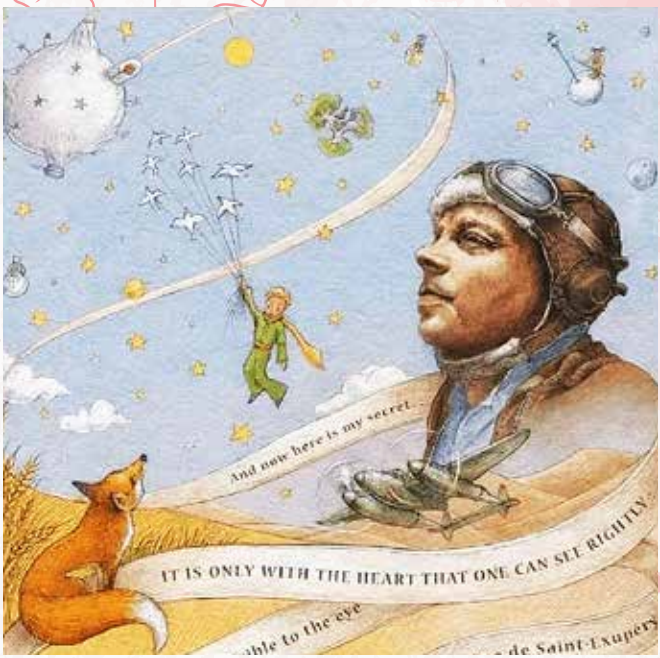


ILUSTRAÇÃO TIRADA DA INTERNET

"Saint-Exupéry, na parte final da obra Terra dos Homens, nos ajuda a entender o mais profundo e mais real significado da proposta do livro Direitos Humanos e Vida Cotidiana. Ao contemplar os pobres que recebem um prato de sopa quente no inverno europeu, ao olhar para a miséria e para a fome. Saint-Exupéry afirma que o que o atormenta não é a miséria, a sujeira e a fome. O que mais o angustia, e as sopas populares não remedeiam, e ver em cada um daqueles seres humanos um Mozart assassinado." (Prefácio do livro Direitos Humanos e Vida Cotidiana, por Antonio Carlos Caruso Ronca, professor titular da PUC-SP, Conselheiro do Conselho Nacional de Educação, p. 6, 2017).

De escola para escola, de educando para educandos.

O **projeto-piloto EducaJUS: De papo com a Justiça** foi executado com base em pesquisas desenvolvidas no Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da UFT em parceria com a Esmat, realizadas pela juíza auxiliar da Presidência, Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi, e após ser institucionalizado pela Presidência do TJTO, Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe, no biênio 2023/2025, atualmente foi elevado ao nível estratégico do Judiciário Tocantinense.

IMAGENS DO PROJETO PILOTO REALIZADO NA COMARCA DE GUARAÍ

Promover o programa "EducaJUS: De Papo com a Justiça" nas escolas é um passo fundamental para a cidadania ativa, pois empodera sujeitos de direito e de deveres, ao ensiná-los sobre a importância de suas participações na sociedade, por meio da elevação do nível de consciência dos cidadãos, do desenvolvimento do pensamento crítico. Essa iniciativa não apenas enriquece a formação escolar, mas também contribui para a formação de uma sociedade mais livre, humanizada, feliz e útil.

O EducaJUS: De Papo com a Justiça trata-se experiência eficiente, eficaz e sustentável que proporciona de forma criativa o acesso efetivo à justiça.

Palmas

TJTO, 2025

EducaJUS

De papo com a Justiça!

PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DO TOCANTINS